

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

A gestão da dívida pública e as taxas de juros <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Exportações paranaenses do complexo carnes: desempenho no período 1992-2001 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	6
Peculiaridades da carga tributária elevada <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	8
TEMAS ESPECIAIS Transformações tecnológicas para o desenvolvimento humano <i>versus</i> a desigualdade social no Brasil <i>Silmara Cimbalista</i>	11
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Caroline Postól e Luana Rodrigues Arasaki</i>	15
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	18

A gestão da dívida pública e as taxas de juros

Gilmar Mendes Lourenço*

As últimas semanas foram absolutamente pedagógicas ao demonstrarem o surpreendente amorosismo do Banco Central e o completo despreparo das instituições financeiras atuantes no Brasil em lidar com o risco, mal-acostumadas que foram, durante os últimos vinte anos, em intermediar o giro da dívida pública interna em troca da cobrança de enormes e garantidos preços.

Inevitavelmente, a conta financeira dos equívocos será paga pela sociedade como um todo, em caso de propagação da instabilidade financeira, e pela classe média em particular, pela gestão incompetente e nada transparente dos fundos de curto prazo. Sobraram justificativas, recomendações e respostas dos bancos como “a surpresa também foi nossa” (a marcação havia sido definida em fevereiro), “o pior negócio no momento é retirar o dinheiro das aplicações sob pena de não recuperar os prejuízos”, “nada pode ser sugerido no momento, ficando a decisão soberana por conta e risco do cliente”. Mas a “pérola” do mês foi, sem dúvida, a assertiva “se fosse o meu dinheiro eu faria o mesmo”, no caso da manifestação, pelo cliente, da transferência dos haveres para a convencional caderneta de poupança.

Os bancos poderiam separar uma pequena parcela dos recursos oriundos dos *spreads* e destiná-los à melhor capacitação de seus gerentes de negócios (e de seus auxiliares) nas áreas de conjuntura econômica e, ainda que pareça absurdo, mercado financeiro. Em sendo isso feito, os clientes seriam poupados do recebimento de uma massa de informações óbvias (ou palpites) e os intermediários financeiros poderiam escapar da perigosa conduta omissa e defensiva em períodos de turbulência. A oferta de cursos e de disciplinas que cobrem tais assuntos nas escolas superiores de Administração e Economia é quantitativa e qualitativamente adequada.

Em verdade, a brusca deterioração verificada nos mercados de risco brasileiros e a disseminação de prognósticos de “argentinização” traduzem sinais emitidos pela comunidade financeira internacional acerca de sua apreensão quanto ao gerenciamento de alguns problemas estruturais do País, como endividamento público e taxas de juros, por parte do governo que assumir em janeiro de 2003.

Assim, com o levantamento de fortes suspeitas quanto à reestruturação compulsória da dívida pública interna, os efeitos imediatos englobaram a não-

aceitação da renovação dos papéis com prazos médio e longo de vencimento; a pressão para o aumento dos juros dos títulos públicos de curto prazo; a queda nas bolsas, a alta do dólar (atingindo a mais alta cotação desde o lançamento do real); o aumento do risco Brasil (recorde desde 1999, ultrapassando a Nigéria e ficando atrás apenas da Argentina), em contraste com o relativo controle dos demais fundamentos econômicos, especialmente a inflação; o superávit primário nas contas públicas; e os saldos positivos na balança comercial, em torno de US\$ 2,0 bilhões.

Diante desse quadro negativo, a súbita revelação de que empresas como a Worldcom – gigante mundial das telecomunicações de longa distância e controladora da Embratel –, e a Xerox, antecedidas pela energética americana Enron, cometeram fraudes contábeis, superdimensionando lucros ou omitindo dispêndios, contribuiu para a exacerbação das expectativas desfavoráveis ao abalar os mercados financeiros globais. A Worldcom estaria para entrar em concordata e teria dispensado 17 mil empregados.

É oportuno considerar que as descobertas de adulterações nos balanços das grandes empresas ocorreram em uma fase de outras turbulências marcadas pela contínua depreciação do poder aquisitivo do dólar ante o euro e o iene, pelas suspeitas do caráter conjuntural da recuperação econômica dos Estados Unidos e pelo prosseguimento da estagnação européia e japonesa.

Ao mesmo tempo, as falsificações de informações econômico-financeiras atestaram a necessidade de reexame da estratégia de diminuição da ação do Estado, predominante no mundo pós-Consenso de Washington de 1989. Por esse prisma, se ainda há espaço para a substituição do estado-empresário, é impossível abrir mão de suas funções reguladora e orientadora das atividades econômicas.

No Brasil, concretamente, de um lado, percebe-se uma redobrada cautela nas decisões de investimento em aumento da capacidade produtiva, bastante natural em ciclos eleitorais acirrados e, de outro, é patente a exacerbação das incertezas quanto ao futuro, somada à feitura e/ou admissão de cenários de rupturas. Tal

*Economista, Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

quadro vem gerando enorme agitação nos mercados financeiros, por conta das projeções de riscos de moratória das dívidas e de desorganização da economia, em caso de uma vitória das oposições no pleito de outubro/novembro de 2002.

Não deixa de ser curioso notar que, depois de oito anos de estabilização inflacionária e de desindexação da economia, sustentada na pronunciada dependência da entrada de capitais externos voláteis, a dívida mobiliária do governo permanece completamente indexada, metade à taxa Selic e quase 30% ao câmbio.

Considerando que o risco de calote da dívida externa pública é praticamente nulo nos próximos meses, dada a necessidade de cerca de US\$ 5,0 bilhões para uma disponibilidade de reservas internacionais de cerca de US\$ 32,0 bilhões, e que parcela relevante da dívida privada foi contratada por grandes organizações com atuação global e com forte capacidade exportadora, o foco dos problemas atuais está na enorme velocidade de expansão da dívida mobiliária federal interna.

A dívida quase duplicou como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1994 e 2001, representando 56% em maio de 2002 (ou 708,5 R\$ bilhões), por conta do ritmo acelerado do numerador, constituído por juros, passivo pretérito (esqueletos de outros governos, formados por precatórios e dívidas de estatais) e rolagem das dívidas estaduais, e dos “passos de tartaruga” do denominador (variação do produto interno bruto - PIB). Trata-se da conta dos equívocos fiscais do passado, que resultaram na hiperinflação dos anos 80 e começo dos 90.

Ainda assim, é conveniente recordar que o atual perfil da dívida pública interna é incomparavelmente melhor que aquele exibido em outras fases conjunturais desfavoráveis, como a da crise da Ásia de 1997, ocasião em que o prazo médio dos títulos emitidos em leilão era de sete meses contra os dois anos verificados presentemente.

Ressalte-se que a taxa de risco, medida pelo Emerging Markets Bond Index, ou Índice dos Títulos dos mercados emergentes, do Banco J.P. Morgan, quantifica o nível de confiança dos investidores externos no País, através dos juros adicionais cobrados para a rolagem dos respectivos títulos frente à remuneração dos papéis do país de menor risco, avaliado como sendo os EUA, em prazo semelhante. No caso brasileiro, o índice é calculado apenas para os papéis transacionados no mercado secundário da dívida externa, principalmente os “C-Bond”.

Em contraposição ao atual diagnóstico consensual reinante nos mercados, a conjuntura de risco deriva menos das incertezas políticas e mais das inconsistências da gestão macroeconômica praticada nos últimos anos. A crônica relutância oficial em promover o saneamento estrutural das finanças públicas, em encaminhar uma simplificação tributária, em reduzir as taxas de juros e em aproveitar melhor os intervalos de recuperação econômica acabou por minar a credibilidade da política econômica em geral e da gestão da dívida pública em particular.

A gota d'água configurou a inoportuna “marcação a mercado” dos fundos de renda fixa e DI, hospedeiros dos títulos públicos de pronta liquidez e de elevadas taxas de retorno, que funcionaram como moeda indexada e como barreiras à hiperinflação nos anos 80 e na primeira metade da década de 1990 e asseguraram parcela expressiva da estabilidade do real após 1994, ao servirem como referência decisória aos agentes entre a aplicação em ativos denominados em moeda nacional ou a aplicação em moeda estrangeira.

Nesse clima desanimador, a taxa de juros primária brasileira permanece próxima dos 10% ao ano, quanto descontada a inflação, contra a média mundial de 2,5% ao ano, 0,2% dos Estados Unidos, 1,1% na Zona do Euro e 1,2% no Japão. Mesmo diante desse quadro de enorme disparidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem frustrado as expectativas dos mercados ao decidir pela manutenção das taxas básicas do País no patamar de 18,5% ao ano, vigente desde o mês de março de 2002.

A gota d'água da crise foi a inoportuna “marcação a mercado” dos fundos de renda fixa e DI, hospedeiros dos títulos públicos.

As justificativas do Copom por sua opção estacionária, caracterizada pela contínua resistência à intimação manifestada pelos agentes econômicos, pleiteando uma baixa dos juros, é no mínimo questionável. O Copom construiu um conjunto articulado de restrições que começa com a ampliação do risco Brasil, passa pela desvalorização cambial e chega à projeção de ultrapassar o teto de 5,5% da banda inflacionária acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por trás desse diagnóstico, ainda predomina a idéia de precipitação de uma inflação de demanda, em caso de declínio do preço do dinheiro no País.

Ao adotar tal postura, as autoridades monetárias superestimam os fatores de instabilidade, criados e/ou consolidados pelos próprios equívocos da gestão macroeconômica, e negligenciaram as condições intrínsecas (boas ou ruins) que estariam favorecendo uma escolha pelo abrandamento do aperto monetário. Em outros termos, o governo Fernando Henrique Cardoso vem ignorando que os atos do espetáculo da crise resultam do criterioso cumprimento de um roteiro desenhado dentro do próprio Palácio do Planalto, sob a direção do FMI e produzido pela comunidade financeira internacional.

Na verdade, conforme já relatado, a elevação do risco Brasil deriva dos perigos de insolvência externa e interna do País, associados ao vertiginoso crescimento das dívidas-gêmeas, em face da intransigente estratégia de juros altos, que exige sacrifícios cada vez maiores tanto para a geração de superávits fiscais primários quanto para a captação de recursos externos (investimentos diretos, empréstimos e superávits comerciais), dirigidos à cobertura dos déficits no balanço de pagamentos.

De uma forma oportunista, as agências de avaliação e algumas instituições bancárias internacionais têm atrelado esses componentes negativos à tendência ascendente e cadente do principal candidato das oposições e do representante do governo, respectivamente, nas pesquisas eleitorais para a Presidência da República.

No mesmo embalo, contrariando a retórica oficial prevalecente entre outubro de 2001 e abril de 2002, o executivo federal, particularmente o Banco Central, apareceu alertando os mercados para o fantasma do contágio do caos argentino, no caso de sinalização de mudanças bruscas no arcabouço da orientação econômica brasileira.

Cumpra aqui sublinhar que o risco de contaminação do caos argentino é baixo, na medida em que, ao contrário do país vizinho, o Brasil possui melhores fundamentos econômicos com ênfase para os superávits fiscais primários, a denominação da maior parte da dívida interna em moeda nacional, a maior solidez do sistema financeiro desprovido de contas em dólares e a operação de um regime de câmbio flutuante há mais de três anos.

Nesse contexto, as atitudes do Bacen, configurando um autêntico deslocamento de funções e desrespeito às regras democráticas de alternância de poder, foram diretamente responsáveis pela subida do dólar e pela queda das bolsas, ameaçando o controle da inflação pela via dos preços administrados, especialmente dos derivados de petróleo e tarifas públicas, uma vez que o lado concorrencial do sistema econômico não vem exercendo qualquer pressão.

Do lado da gestão da rolagem da dívida pública interna, o governo vinha exibindo um comportamento bastante audacioso, ao perseguir o alongamento dos prazos de vencimento – desconcentrando-os do começo de 2003 e propiciando um intervalo de trégua para a próxima gestão econômica – e a redução dos encargos, por meio da permuta de títulos atualizados pelo dólar por transações vinculadas de vendas de LFTs e de *swap* (troca) cambial.

No entanto, para agravar a leitura negativa do cenário macroeconômico realizada pelos agentes, o Banco Central escolheu o pior momento para fazer o ajuste dos valores das cotas dos títulos aplicados em fundos de renda fixa, marcado pelo gerenciamento pouco profissional na condução das transações de mercado futuro com o *swap* (garantia da variação do dólar) combinado com Letras Financeiras do Tesouro (LFT), uma espécie de seguro mais eficiente e barato do que as Notas do Tesouro Nacional (NTNs) cambiais. Inclusive, algumas instituições financeiras aceitaram a idéia de aquisição de LFTs com prejuízos, compensados pela desvalorização do câmbio.

É importante reconhecer a relevância da atualização diária das cotações dos papéis de forma a eliminar a ilusão monetária causada por ganhos artificiais, notadamente em períodos de abalo da confiança na política monetária. No entanto, ao antecipar para o final de maio a correção prevista para o intervalo de tempo compreendido entre março e setembro de

2002, a autoridade monetária provocou perdas patrimoniais nada desprezíveis para os investidores, afetando a credibilidade de uma das alternativas de aplicações financeiras consideradas seguras.

A LFT constitui um investimento conservador, resultante das aplicações de médios poupadores que canalizam parcela dos seus recursos para os fundos de renda fixa e DI, cuja remuneração equivale à variação do *overnight*. Por ser de risco soberano (garantido pelo governo), deveria ser transacionada ao par, e não pelo valor de face, ao contrário das LTNs que são prefixadas.

Em 2002, o Banco Central realizou resgates líquidos de LFTs, permutando-as por papéis de prazos mais longos. Todavia, ampliou excessivamente a oferta desses títulos, que passaram a ser rechaçados pelo mercado diante das incertezas quanto à política monetária do novo governo. Ademais, o valor pago pela LFT casada acabou atingindo o estoque completo de papel, num momento em que os agentes econômicos procuravam um desvio das aplicações de prazo mais longo.

Assim, para equacionar um problema que somava menos de R\$ 15,0 bilhões, o Banco Central contagiou quase R\$ 300,0 bilhões aplicados em LFTs, ensejando um deságio no valor em estoque em mercado dos papéis e forçando os fundos a alterarem as fórmulas de cálculo de suas cotas, de forma a evitar a suposta realização de lucros indevidos. Daí a ampliação da venda dos papéis de longo prazo por parte dos investidores, derrubando os preços dos títulos e provocando a corrida aos fundos, as perdas dos mutuários e o arranhão na reputação das aplicações em renda fixa.

Logo, a confusa condução da política monetária, acoplada às incertezas eleitorais, mesclando as possibilidades de vitória das oposições e a fraca performance do candidato do governo nas pesquisas, explicam, sobremaneira, a deterioração das expectativas econômicas brasileiras na visão dos mercados globais.

Urge definir uma agenda programática para a preservação da estabilidade de preços e o resgate das condições de alongamento da dívida pública.

Só a título de exemplo, o megainvestidor húngaro naturalizado americano George Soros teria feito alusão à Roma Antiga, onde só os romanos votavam, para defender o pensamento de que os Estados Unidos representam o isolado poder de decisão no capitalismo global. Como tal, já teriam escolhido Serra para suceder Fernando Henrique Cardoso e o sentido contrário representaria o calote da dívida pública do País.

Nesse contexto, é crucial que os vários candidatos à Presidência da República no Brasil explicitem de maneira objetiva os detalhes de sua plataforma quanto à solvência do passivo do País. O representante do Partido dos Trabalhadores, que figura na dianteira das pesquisas, considerado um risco de mercado, manifestou que preservará as metas de superávit fiscal e que não dará o calote na dívida.

É importante a definição de uma agenda programática de preservação da estabilidade de preços e de resgate das condições de alongamento da dívida pública, englobando (novamente) a explicitação dos ganhadores e perdedores diretos do ajuste nos desequilíbrios em conta corrente do País, inevitavelmente atrelado à impulsão das exportações e à substituição das importações, requisitos básicos para uma etapa de crescimento desprovida de sobressaltos.

A elevação dos superávits fiscais só será conquistada com a ampliação do ritmo de crescimento da economia que, por seu turno, requer um alongamento negociado da dívida pública, incluindo a possibilidade de permuta de passivo financeiro por investimentos produtivos, sobretudo em ramos considerados prioritários para a superação dos gargalos estruturais, particularmente na área de infra-estrutura, que apresenta enorme impacto em geração de emprego e diminuta pressão inflacionária.

De sua parte, o atual governo vem tentando novamente expor e ativar seu arsenal tradicional, ampliando o seu cacife para a intervenção no mercado de câmbio, por meio da ampliação da oferta de dólares e do enxugamento da liquidez, baseado na elevação dos compulsórios sobre os depósitos a prazo (de 10% para 15%) e sobre as aplicações em poupança (15% para 20%). Seria o pacote calmante de US\$ 15,0 bilhões, cuja fórmula é composta pelos US\$ 10,0 bilhões do FMI e os outros US\$ 5,0 bilhões do rebaixamento do piso das reservas.

Paradoxalmente, os juros têm que cair para diminuir a vulnerabilidade externa e o serviço da dívida pública interna, para reduzir a inadimplência dos consumidores e a capacidade ociosa das empresas, para revitalizar as operações de crédito, para ampliar o poder de dispêndio do setor público e para propiciar um equilíbrio técnico do câmbio em cerca de R\$ 2,60 por dólar, capaz de melhorar a competitividade das exportações e respingar positivamente sobre o mercado doméstico.

As estatísticas disponíveis revelam que a economia brasileira encontra-se bastante desaquecida. Conforme o IBGE, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,3% nos últimos doze meses encerrados em março de 2002 e a taxa de desemprego nas seis maiores áreas metropolitanas do País alcançou o nível de 7,6% da População Economicamente Ativa (PEA) em abril, o mais elevado já registrado neste mês desde 1994. Na mesma direção, o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, medido pela Fundação Seade/Dieese, atingiu 20,4% da PEA em abril, recorde desde 1985, incluindo a desocupação aberta, acrescida daquela decorrente do exercício do trabalho precário e do desalento.

O *mix* entre ausência de crescimento e ampliação do desemprego, somado aos reajustes das tarifas públicas em níveis superiores às taxas de inflação e aos juros elevados, encurtou, ao mesmo tempo, a massa de salários dos trabalhadores e a renda disponível das famílias, derrubando qualquer possibilidade real de recuperação do consumo agregado e de melhor aproveitamento do enorme potencial de expansão conferido por um mercado interno com mais de 170 milhões de pessoas.

Ademais, estudo recente realizado pelo FMI, abarcando sete países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela) e os cinco países do Leste Asiático alvos da crise de 1997 (Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia), colocou o Brasil no topo dos gastos com juros entre 1996 e 2000. Naquele intervalo, as despesas com juros responderam por 8% do PIB e 20,5% do dispêndio público total no Brasil, contra 2,6% e 10,9%, respectivamente, para a América Latina e 2,3% e 10,4%, respectivamente, para a Ásia.

Convém esclarecer que os juros altos têm o poder de debilitar o sistema econômico, na medida em que dificultam a manutenção do capital de giro e a realização dos investimentos produtivos pelas empresas e a aquisição de bens duráveis pelos consumidores.

Exportações paranaenses do complexo carnes: desempenho no período 1992-2001

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Em 2001, as exportações paranaenses do complexo carnes somaram US\$ 439,7 milhões, valor que corresponde a um incremento de 53,5% em comparação a 2000, quando as receitas totalizaram US\$ 286,5 milhões (tabela 1). Já no decênio 1992-2001, as vendas do segmento registraram expansão de 13,2% a.a., suplantando as exportações brasileiras, que apresentaram evolução média anual de 10,7% no período.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE AVES - 1992-2001

ANO	EXPORTAÇÕES ⁽¹⁾ (US\$ mil FOB)				
	BOVINA	SUÍNA	AVES	OUTRAS CARNES	TOTAL
1992	13 413	18 666	103 399	8 049	143 526
1993	14 941	14 507	146 275	9 436	185 159
1994	13 463	8 642	139 500	8 436	170 040
1995	6 532	15 010	143 472	6 079	171 093
1996	12 031	20 107	211 604	7 099	250 841
1997	14 440	23 353	164 544	7 375	209 713
1998	12 987	16 493	178 248	9 772	217 500
1999	31 423	13 565	267 075	9 274	321 338
2000	30 636	19 689	227 757	8 384	286 466
2001	44 684	38 757	347 025	9 191	439 657

FONTE: MDIC/SECEX/Alice Web

(1) Industrializada e *in natura*.

No caso específico da carne de aves, as vendas ao exterior cresceram a uma taxa de 14,4% a.a., acima dos 13,2% a.a. registrados em nível nacional, o que resultou na ampliação da participação do Paraná no total exportado pelo país (de 21,9% em 1992 para 24,1% em 2001). Esse bom desempenho da indústria avícola paranaense não se deveu unicamente ao fortalecimento das relações comerciais com os tradicionais importadores, mas também à conquista de novos mercados, evidenciando os ganhos de competitividade proporcionados pela depreciação da moeda nacional e o aproveitamento das oportunidades abertas pelas crises sanitárias, mais precisamente pela incidência da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca) no rebanho europeu.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), os abatedouros instalados no Estado exportaram carne de aves para 71 países no ano passado, número muito superior ao registrado em 1992, quando 22 países adquiriram o produto paranaense.

Como conseqüência, assistiu-se a um processo de desconcentração das vendas externas do segmento, com a redução da representatividade dos grandes mercados, o que certa forma garantiu uma menor vulnerabilidade às crises localizadas de demanda.

Para ilustrar essas mudanças, os dez maiores mercados foram responsáveis por 92,3% do valor das exportações em 1992, participação que caiu para 79,9% em 2001. Quando são considerados os cinco principais compradores, a diversificação torna-se ainda mais evidente, uma vez que a participação desses países de destino passa de 74,7% para 59,4% no intervalo analisado.

No entanto, não se pode afirmar que as vendas destinadas aos tradicionais mercados encontram-se em retração. Prova disso é que as exportações para a Arábia Saudita, maior importador da carne de aves produzida no Paraná, cresceram a uma taxa média anual de 11,7% entre 1992 e 2001, alcançando a cifra de US\$ 89,4 milhões no ano passado (tabela 2). Da mesma maneira, as vendas com destino ao Kuwait, aos Emirados Árabes Unidos e ao Japão avançaram significativamente, atingindo variações anuais de 14,1%, 10,7% e 8,4%, respectivamente, a despeito do declínio dos preços do produto.

Já com relação às exportações estaduais de carne bovina, registrou-se aumento da ordem de 14,3% a.a. no período 1992-2001, mas com grandes diferenças entre a primeira e a segunda metades do decênio. De 1992 a 1996, as vendas da mercadoria recuaram de US\$ 13,4 milhões para US\$ 12,0 milhões, em trajetória inversa à verificada no quinquênio subsequente, quando as receitas geradas pelas exportações saltaram de US\$ 14,4 milhões para US\$ 44,7 milhões.

Diante disso, fica claro que a adoção do regime de livre flutuação cambial, em janeiro de 1999, garantiu maior competitividade ao produto paranaense. Em conseqüência, o número de países importadores de carne bovina saltou de 18 em 1997 para 32 em 2001, contrapondo-se ao decréscimo ocorrido no intervalo 1992-1996 (de 18 para 9 países compradores).

* Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE CARNE DE AVES, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001

DESTINO	EXPORTAÇÕES (US\$ mil FOB)	PART. (%)
Arábia Saudita	89 405	25,8
Holanda	35 172	10,1
Kuwait	27 825	8,0
Japão	27 297	7,9
Alemanha	26 550	7,7
Emirados Árabes Unidos	19 672	5,7
Hong Kong	16 241	4,7
Catar	13 942	4,0
Iêmen	11 579	3,3
Rússia	9 627	2,8
Reino Unido	8 942	2,6
Omã	8 919	2,6
Bahrein	7 521	2,2
Argentina	7 166	2,1
Espanha	6 750	1,9
Outros	30 418	8,8
TOTAL	347 025	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

Dentre os maiores mercados da carne bovina paranaense, destacam-se Espanha, Israel, Holanda e Alemanha, responsáveis por 47,6% do total exportado no ano passado (tabela 3). Apesar da prevalência da União Européia, a participação desse bloco econômico caiu de 80,1% em 1992 para 53,8% em 2001, muito em função do crescimento registrado pela Ásia (incluindo o Oriente Médio), que respondeu por 33,5% das exportações em 2001.

Por fim, no que tange às vendas externas de carne suína, observa-se comportamento bastante irregular nos últimos dez anos. A pronunciada elevação em 2001 deriva principalmente da retomada dos negócios com a Rússia, país que reduziu drasticamente suas importações no final dos anos 90 devido à crise local.

Para tornar nítida a intensificação do comércio com o referido mercado, as exportações atingiram US\$ 11,9 milhões no ano passado (tabela 4), muito acima do valor de US\$ 35,5 mil registrado em 2000. Ademais, cabe destacar o desempenho das vendas destinadas à Hong Kong, que apresentaram crescimento de 18,5% em relação a 2000, garantindo ao país asiático a primeira posição entre os importadores.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE CARNE BOVINA, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001

DESTINO	EXPORTAÇÕES (US\$ mil FOB)	PART. (%)
Espanha	7 505	16,8
Israel	5 255	11,8
Holanda	4 824	10,8
Alemanha	3 667	8,2
Arábia Saudita	3 559	8,0
Hong Kong	3 066	6,9
Itália	2 490	5,6
Cingapura	2 162	4,8
França	1 914	4,3
Reino Unido	1 801	4,0
Bulgária	1 592	3,6
Egito	1 297	2,9
Suíça	956	2,1
Antilhas Holandesas	827	1,9
Bélgica	750	1,7
Outros	3 018	6,8
TOTAL	44 684	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE CARNE SUÍNA, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001

DESTINO	EXPORTAÇÕES (US\$ mil FOB)	PART. (%)
Hong Kong	15 964	41,2
Rússia	11 945	30,8
Uruguai	3 785	9,8
Holanda	2 433	6,3
Lituânia	1 681	4,3
Alemanha	868	2,2
Argentina	687	1,8
Antilhas Holandesas	465	1,2
Emirados Árabes Unidos	218	0,6
África do Sul	153	0,4
Finlândia	121	0,3
Geórgia	121	0,3
Armênia	74	0,2
Suíça	67	0,2
Espanha	56	0,1
Outros	119	0,3
TOTAL	38 757	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

Peculiaridades da carga tributária elevada

*Gilmar Mendes Lourenço**

A carga tributária brasileira alcançou mais de 34% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2001, configurando um recorde desde 1947, quando teve início o cômputo das contas nacionais (tabela 1). Tal resultado deriva da perversa dissociação entre o voraz apetite arrecadador do Estado e o reduzido dinamismo do lado real do sistema econômico, contrariando o comportamento normalmente vinculado entre as curvas de arrecadação de impostos e de avanços ou refluxos das atividades produtivas em qualquer economia capitalista.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA - BRASIL - 1947/2001

ANO	CARGA (EM % DO PIB)
1947	13,8
1950	14,4
1960	17,4
1970	26,0
1988	22,4
1990	28,8
1993	25,8
2001	34,1

FONTE: IBGE

Não bastasse sua natureza crescente, a arrecadação tributária brasileira ainda registrou dois saltos apreciáveis no decorrer de sua trajetória histórica: entre 1967 e 1969, fruto da reforma tributária realizada pelo governo militar egresso do Golpe de 1964, e entre 1994 e 2001, resultado do alargamento da base e ampliação de alíquotas de impostos cumulativos, que respondem por mais de 20% da receita global, agravando a concentração da incidência nos bens e serviços.

Apenas a título de ilustração, o peso dos impostos sobre bens e serviços passou de cerca de 10% do PIB nos anos 80 para mais de 16% atualmente, contra 8% da folha de salários e 5% do Imposto de Renda. O valor arrecadado total com a cobrança da Cofins (ex-Finsocial), do PIS/PASEP e da CPMF equivale a quase 80% da arrecadação do ICMS, carro-chefe da receita de tributos no Brasil.

De fato, no intervalo de tempo compreendido entre 1994 e 2001, mudanças na legislação tributária, aumento do número de contribuições e/ou de alíquotas,

ampliação da base de arrecadação e constantes aprimoramentos na eficiência dos aparelhos fisco-arrecadadores, sobretudo do governo federal, provocaram a conformação de um processo de contínua e progressiva transferência de renda da esfera privada para a pública, atestada pela evolução de aproximadamente 42% da receita tributária contra 18,6% do PIB no citado período.

Em outros termos, a freqüente recorrência, por parte do governo federal, a subterfúgios de legalidade no mínimo duvidosa para escapar das regras constitucionais da anualidade e de repartição do bolo com estados e municípios, explica, em grande medida, o desempenho nada animador de variáveis macroeconômicas estratégicas, como investimento e emprego.

Mais especificamente, um conjunto de providências bastante ortodoxas tem provocado o alargamento da cunha tributária. Por exemplo, o não-reajuste da tabela do Imposto de Renda e dos limites de isenção e a variação da massa salarial nominal em mais de 50% (fruto de dissídios para a recomposição do poder aquisitivo em face da inflação), nos últimos sete anos, implicou o crescimento de quase 130,0% do universo de declarantes, que saltou de 6,0 milhões para 13,6 milhões.

Ademais, constatou-se elevação das alíquotas da Cofins de 2% para 3%, da CPMF de 0,30% para 0,38% e do IR sobre as transações do mercado acionário de 10% para 20%, dentre outras atrocidades do anacrônico sistema tributário brasileiro. Só a título de lembrança, a CPMF foi criada no final de 1996 com uma alíquota de 0,2%, em substituição ao Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IMPF), vigente no intervalo 1993-1994.

Vale salientar que a cobrança ampliada das contribuições sociais cumulativas (Cofins, PIS/PASEP e CPMF) "facilita a vida" da União, dado o seu caráter exclusivo (não precisam ser compartilhadas com outras instâncias públicas), a base de arrecadação abrangente e a possibilidade de financiamento dos dispêndios mais pressionados pela Constituição de 1988.

Com tudo isso, o País logrou êxito no cumprimento do programa de austeridade fiscal firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em outubro de 1998 e

**Economista, Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.*

impediu, curiosamente, uma impulsão ainda maior da dívida pública interna, multiplicada pelos encargos financeiros determinados pelos estratosféricos patamares das taxas de juros.

Não bastasse esse grupo de distorções, há ainda a distribuição pouco criteriosa da carga, bastante desconectada da capacidade contributiva dos agentes. Assim, no período em foco, a arrecadação do Imposto de Renda cresceu 36,7% para os assalariados e apenas 11,7% para os bancos, contra a expansão pouco superior a 50% das remunerações do trabalho e de 180% dos lucros dos intermediários financeiros.

*O apetite tributário da União está na
contramão do cumprimento dos fatores
de competitividade sistêmica num
ambiente de globalização.*

Seria desnecessário insistir que esse apetite tributário, principalmente da União, está na contramão do cumprimento dos fatores de competitividade sistêmica num ambiente de globalização produtiva e financeira, traduzidos na sintonia fina entre as variáveis juros, tributos, burocracia, câmbio e infra-estrutura. Nesse caso, os ganhos de competitividade requereriam pronunciada retração das cargas financeira, tributária e burocrática e impulsão do câmbio (desvalorização do real) e da retaguarda infra-estrutural (física e científica e tecnológica). É exatamente o oposto do retrato brasileiro dos últimos anos.

Na verdade, desde o segundo quinquênio dos anos 80, a formação e/ou consolidação dos blocos econômicos, em conformidade com os princípios do Novo Regionalismo implícitos na receita neoliberal aplicada pelo Consenso de Washington, priorizando a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação dos mercados, tem forçado a adoção de posturas e ações dos agentes econômicos públicos e privados na direção da rápida melhoria dos padrões de eficiência.

Particularmente no Brasil, a excessiva carga tributária constitui um dos componentes comprometedores do alcance pleno desses objetivos, o que não apenas prejudica as chances concorrenciais da produção nacional (nos mercados interno e externo), como estimula a sonegação e a evasão fiscal, além de restringir a capacidade de expansão dos níveis de renda e de emprego.

Agravando esse quadro, prevalece no país a falta de isonomia tributária entre os agentes externos e os domésticos, em detrimento dos últimos, ferindo os princípios constitucionais de tratamento equânime a ser dispensado a contribuintes em situação semelhante. Mais precisamente, os impostos cobrados de forma cumulativa ao longo da cadeia de produção e de negócios acabam onerando a produção nacional e instituindo um elemento discriminatório ante as importações, que não incorporam esse fardo fiscal nas fases antecedentes ao desembarque das mercadorias em território brasileiro.

Todavia, o grande complicador reside na convivência perversa entre o gigantismo arrecadador, suplantando a capacidade suporte da sociedade – estimada em 24% pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), quando confrontada com a de países com níveis de renda per capita semelhantes aos do Brasil –, e a precária qualidade do dispêndio público corrente, preso às exigências constitucionais e à necessidade de cobertura dos pesados custos da dívida interna causados pelos juros e pela variação cambial.

Conforme levantamento efetuado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a carga tributária brasileira é maior que a do México (16,8%), Índia (17%), Argentina e Chile (20%), Japão (26%) e Estados Unidos (29%), e menor apenas que a da Dinamarca (53%), Suécia (52%), França (46%) e Alemanha (38%).

No final das contas, o próximo governo herdará um aparato de receita fiscal sustentado por impostos e contribuições temporários e/ou regressivos e/ou indiretos, com reduzida participação dos gravames diretos sobre a renda e propriedade que, por sua natureza, livram o Estado dos apuros ocasionados ora pela hiperinflação, ora pela transição a uma etapa de estabilidade de preços.

No entanto, a obsessão pela ampliação das receitas desprovida de maiores preocupações tanto com a racionalização e melhoria da qualidade dos gastos (educação, saúde, saneamento e segurança) quanto com a realização de inversões nos gargalos estruturais, notadamente na área de energia elétrica (fragilizada pela ausência de planejamento e de regulação), ocasionaram a compressão do potencial de investimento e da conseqüente capacidade de crescimento do País.

Evidentemente, nesse particular houve forte interferência do programa de privatizações levado a cabo pelo governo federal nos anos 90, demasiadamente centrado na perseguição da obtenção de receitas em dólares para sustentação da âncora cambial do Plano Real. O raciocínio curto-prazista estimulou a abdicação de avaliações mais criteriosas do patrimônio público, o desprezo pela montagem de um aparato regulatório transparente e a fragmentação da formulação e execução das estratégias setoriais.

Por tudo isso, é imperiosa a concretização de um reforma tributária que contribua para a minimização das disparidades sociais, o aumento do nível de emprego formal e a ampliação da eficiência do País. Entretanto, a conquista dessas vitórias requer a diminuição da regressividade, a extinção dos impostos cumulativos e a redução da carga fiscal carregada da folha de salários das organizações privadas.

O peso social da regressividade é comprovado por pesquisa recente elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), segundo a qual as famílias com renda até dois salários consomem 26,5% desta com o pagamento de impostos indiretos, contra 7,3% das que percebem mais de 30 salários mínimos. No caso da tributação sobre alimentos, as participações são de 9,8% e 1,5% para as duas categorias.

Nesse contexto, a decisão do governo federal de aumentar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a partir de 17 de junho de 2002, como forma de compensar as perdas de arrecadação decorrentes do atraso na votação da proposta de emenda constitucional que prorroga a Contribuição

Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2004, apenas comprova a submissão da política econômica ao rentismo internacional e, o que é mais grave, a miopia oficial quanto aos estragos provocados pelo fardo tributário na “coluna cervical do sistema”: a decisão de investimento.

TEMAS ESPECIAIS

Transformações tecnológicas para o desenvolvimento humano *versus* a desigualdade social no Brasil

Silmara Cimbalista*

Com base nos resultados publicados do último Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em dados e informações do último *Relatório de Desenvolvimento Humano 2001 – Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano*, editado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (RDH/PNUD), este artigo procura refletir sobre uma das grandes mazelas brasileiras, a desigualdade social.

O entendimento do significado de desenvolvimento e tecnologia incita, normalmente, muitas discussões. A tecnologia é normalmente criada em resposta às pressões do mercado e comumente associada a ações de alto custo, nem sempre de rápida utilização e aproveitamento pela sociedade. Entretanto, o que seriam das pesquisas e das inovações tecnológicas em todo o mundo se todos rejeitassem e marginalizassem as descobertas científicas?

Deve-se, portanto, estar alerta para que as novas tecnologias não sejam um novo elemento distanciador entre os países desenvolvidos e aqueles que ainda estão por se desenvolver. A tecnologia deve ser usada na capacitação dos indivíduos visando à sua inclusão na sociedade da informação, e não a sua exclusão.

Costuma-se dizer que a tecnologia não é boa ou ruim, depende de como é utilizada e aplicada na melhoria das condições de vida da sociedade. Mais do que aumentar os horizontes, os avanços tecnológicos vêm ampliando a capacidade humana e auxiliando em novas descobertas nas mais diversas áreas, como agricultura, medicina e indústria. Além de melhorar os níveis de produtividade e renda, as inovações tecnológicas permitem também uma maior participação do cidadão nos aspectos sociais, econômicos e políticos de sua comunidade.

O relatório do PNUD de 2001 é mais do que um relato técnico com análises estatísticas e gráficos comparativos. Discorre sobre o povo e seu bem-estar, acreditando que o desenvolvimento humano e as novas tecnologias estão juntos em uma reação em cadeia, um ativando o outro. Do conjunto do relatório, dois capítulos chamam a atenção, um deles por tratar especificamente das transformações tecnológicas, e o outro por expor estratégias para estimular a criatividade humana.

Sabe-se que as inovações tecnológicas vêm contribuindo para a redução de inúmeras discrepâncias sociais em vários segmentos da sociedade. A diminuição do índice de mortalidade infantil, por exemplo, somente

é possível devido às novas descobertas de vacinas e terapias mais efetivas, proporcionando o aumento do bem-estar de muitas populações.

A ampliação da produção de alimentos tem se beneficiado dos novos processos de plantio, colheita e melhor aproveitamento da terra. Os ganhos são expressivos, pois os preços finais ficam mais baixos e alimentos com melhor qualidade são produzidos à crescente população mundial.

O acesso à informação é tão essencial quanto a educação na construção da capacidade e das competências humanas.

A modernidade tecnológica pode ser observada, também, na área de telecomunicações, retirando comunidades do isolamento e levando novas informações e até mesmo entretenimento. As tecnologias de informação e comunicações vêm aumentando a conectividade entre os povos. O aproveitamento do potencial destas novas tecnologias dependerá também da sua adaptação às condições dos países em desenvolvimento. Os benefícios da facilidade de comunicação estão apenas começando. Enquanto em 1995 existiam no mundo menos de 20 milhões de usuários da internet, no final de 2000 este número salta para 400 milhões, e a expectativa é que alcance 1 bilhão em 2005.

Não se pode esquecer que o acesso à informação é fundamental para a construção do conhecimento, para a participação em sociedade e para a ampliação de oportunidades de trabalho. O acesso à informação é tão essencial quanto a educação, na construção da capacidade e das competências humanas.

A democratização da tecnologia irá permitir sua utilização por todos os segmentos da população, principalmente a um grande contingente de desprivilegiados de outras revoluções tecnológicas, como a industrial, por exemplo.

O tema é tão relevante que o relatório criou o índice de realização tecnológica (IRT). Esta nova medida pretende retratar a capacidade dos países de

*Mestre em Administração Pública pela FGV/RJ, técnica da equipe permanente desta publicação.

participarem da era das redes, compreendendo melhor a forma como um país cria e difunde sua tecnologia, visando construir bases para a capacitação humana, refletindo a capacidade de participação nas inovações tecnológicas. Dentre os países analisados, 72 forneceram dados confiáveis. O Brasil ficou em 43º lugar no grupo denominado “Seguidores Dinâmicos”, sendo o terceiro em um conjunto de quatro grupos: Líderes, Líderes em Potencial, Seguidores Dinâmicos e Marginalizados.

O relatório admite que a aferição acurada dos avanços tecnológicos é tarefa trabalhosa e demorada, e que o novo índice é mais um sumário dos avanços tecnológicos de cada país – um indicador que poderá auxiliar na elaboração de políticas públicas que visem à definição de estratégias. Isso porque, a partir desse índice, os governos podem se situar em relação aos demais e estabelecer parâmetros e metas.

Quatro são os componentes que formam o IRT: 1) a criação de tecnologia, isto é, a capacidade de inovação em novas tecnologias; 2) difusão de inovações recentes; 3) difusão das tecnologias mais antigas (aquelas que tornaram possíveis os avanços tecnológicos; eletricidade e telefonia, por exemplo); e 4) qualificações humanas que estariam ligadas às habilidades intelectuais dos indivíduos, como o índice de escolaridade dos indivíduos. O Brasil encontra-se numa posição delicada no *ranking*, estando atrás de países como o Panamá, Trinidad e Tobago e Romênia, o que demonstra que precisa investir ainda muito mais tempo e dinheiro para acompanhar de perto os líderes desta “competição” imaginária.

O capítulo 4 do relatório discorre sobre as estratégias para estimular a criatividade humana e cita a iniciativa brasileira do Comitê para a Democratização da Informática (CDI), uma organização sem fins lucrativos, como um modelo na democratização das tecnologias da informação. Abordaram-se também outras iniciativas, como a experiência tailandesa na construção de uma rede de acesso à internet totalmente gratuita para as escolas.

O relatório também aponta, reconhece e legitima as novas tecnologias como ferramentas de transformação social e mostra, cada vez mais, a importância da capacitação da população nesta nova ferramenta. Enfatiza que é preciso uma simbiose entre os avanços da ciência e o desenvolvimento humano.

Percebe-se, assim, que o Brasil tem grande potencial para o desenvolvimento tecnológico, mas que se não for dada a devida atenção ao papel da ciência e tecnologia para o desenvolvimento humano, estaremos condenando o país à estagnação e à recorrente desigualdade social. Portanto, o desafio é enorme, requerendo o envolvimento de atores sociais e governantes numa reflexão sobre o caminho a ser seguido, revisando a atual transformação tecnológica dentro dos objetivos do desenvolvimento humano.

A Constituição brasileira vigente, chamada Constituição cidadã, estabelece, nos seus princípios fundamentais: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades

sociais e regionais; promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No Capítulo II, Dos Direitos Sociais, o artigo 6º do texto constitucional afirma que a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e o pluralismo político são direitos sociais que incluem educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. No artigo 7º, relativo aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, especificam-se conquistas sociais que nada ficam a dever às democracias populares socialistas e às democracias progressistas do chamado Primeiro Mundo.¹

A Constituição brasileira reflete, assim, uma combinação de direitos humanos e de direitos do cidadão, de modo que a luta pela cidadania democrática e o enfrentamento da questão social no Brasil praticamente se confundem com a luta pelos direitos humanos, entendendo como resultado de uma longa história de lutas sociais e de reconhecimento, ético e político, da dignidade de todo ser humano, independentemente de qualquer distinção.

A Constituição evoca em seu discurso o direito social, que representa, sem dúvida, um grande avanço em relação à história de um país erguido com braços escravos. Entretanto, atualmente a realidade brasileira explode em violenta contradição com os ideais proclamados. O Brasil é um país marcado por uma profunda e recorrente desigualdade social, fruto de persistente política oligárquica e da mais escandalosa concentração de renda.

Reconhece-se que o problema da exclusão social no Brasil não decorre da escassez absoluta de recursos, mas da forma de distribuição destes. Portanto, duas questões se impõem como prioritárias na orientação de uma agenda de governo: a eficácia das políticas redistributivas e a sua viabilidade política.

Recentemente, o IBGE divulgou o primeiro relatório oficial brasileiro sobre desenvolvimento sustentável, fazendo um balanço do país na década de 90. Os resultados revelam que o Brasil mantém uma das suas piores características: a desigualdade entre ricos e pobres, que se manifesta desde a renda das famílias, do acesso à educação, à saúde e ao saneamento básico.

Do ponto de vista ambiental, o país conseguiu reduzir o número de gases destruidores da camada de ozônio, aumentar o investimento público no setor, mas não controlou o desmatamento na floresta amazônica (tabela 1). Os números sobre a segurança pública indicam que a taxa de homicídios aumentou 37%: de 19,12% em 1992 passou para 26,18 em 1999. Embora a renda global tenha aumentado, a desigualdade persiste, pois 9,3 milhões de famílias brasileiras têm renda per capita abaixo do salário mínimo.

Os dados do Censo Demográfico de 2000, divulgados em maio deste ano pelo IBGE, mostram que ocorreram avanços sociais significativos, mas ainda incipientes quando se trata da concentração de renda no País. A década de 90 avançou como num sistema de

marés, entre fluxos e refluxos. A pesquisa mostrou que um quarto dos trabalhadores brasileiros ganha um salário mínimo ou menos, ou seja, 24,4% da população ocupada recebe até um salário mínimo e apenas 2,6% dos trabalhadores ganham mais de 20 salários mínimos. A melhoria do acesso aos bens de consumo avançou nos últimos 10 anos, apesar de o mercado de trabalho ter recuado no período.

TABELA 1 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

ITENS	1992	1999
Homicídios (por 100 mil habitantes)	19,12	26,18
Renda mensal média da População Economicamente Ativa (PEA)	R\$ 333	R\$ 449
Índice de distribuição de renda (a medição vai de 0 a 1)	0,571	0,567
Famílias com renda de até 5 salários mínimos	5,8%	9,4%
Famílias com renda de até meio salário mínimo	25,9%	20%
Taxa de desmatamento anual	0,4%	0,5%

FONTE: IBGE – Indicadores do Desenvolvimento Sustentável

NOTA: Extraído de: BALANÇO social nos anos 90 aponta melhorias, mas mais violência. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/jun/19/166.htm>>. Acesso em: 21 jun 2002.

As oscilações ocorridas na distribuição de renda da população brasileira podem ser observadas na tabela 2. No período de 1990 a 1993, auge da recessão gerada no governo Collor, a renda desabou, e a distribuição em termos relativos melhorou. Ricos e pobres perderam, mas a classe média e os mais ricos perderam mais acentuadamente. Entre 1993 e 1996, os impactos positivos do Plano Real aumentaram a renda global, com uma vantagem maior para os 40% do grupo dos intermediários. De 1996 a 1999, refletindo as crises financeiras mundiais, a renda voltou a decrescer.

Os dados do Censo Demográfico de 2000, divulgados em maio deste ano pelo IBGE, mostram que ocorreram avanços sociais significativos, mas ainda incipientes quando se trata da concentração de renda no País. A década de 90 avançou como num sistema de marés, entre fluxos e refluxos. A pesquisa mostrou que um quarto dos trabalhadores brasileiros ganha um salário mínimo ou menos, ou seja, 24,4% da população ocupada ganha até um salário mínimo e apenas 2,6% dos trabalhadores ganha mais de 20 salários mínimos. A melhoria do acesso aos bens de consumo avançou nos últimos 10 anos, apesar do mercado de trabalho, no período, ter recuado.

As oscilações ocorridas na distribuição de renda da população brasileira podem ser observadas na tabela 2. No período de 1990 a 1993, auge da recessão gerada no governo Collor, a renda desabou, e a distribuição em termos relativos melhorou. Ricos e pobres perderam, mas a classe média e os mais ricos perderam mais acentuadamente. Entre 1993 e 1996, os impactos positivos do Plano Real aumentaram a renda global, com uma vantagem maior para os 40% do grupo dos intermediários. De 1996 a 1999, refletindo as crises financeiras mundiais, a renda voltou a decrescer.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO	OSCILAÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA AO ANO (%)		
	1990-93	1993-96	1996-99
50% mais pobres	↓ 2,0	↑ 7,4	↑ 0,8
40% intermediários	↓ 4,4	↑ 9,3	↓ 2,4
10% mais ricos	↓ 3,3	↑ 7,0	↓ 2,5
Renda total (oscilação)	↓	↑	↓

FONTES: FGV/CPS, IBGE – PNAD e Censo Demográfico, Centro de informações da Gazeta Mercantil.

NOTA: Extraído de: KUPFER, João Paulo. Censo 2000 traz lições sobre a distribuição de renda. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 13 maio 2002. p. A4.

Se por um lado a desigualdade de renda no Brasil continua estanke, a mortalidade infantil diminuiu drasticamente. A taxa caiu de 48 óbitos por 1.000 nascidos para 29,6 óbitos, ficando abaixo da meta estipulada pela Cúpula das Nações Unidas pela Criança para o ano de 2000, que era de 32 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos.

Com relação à educação, o número de brasileiros analfabetos permanece extremamente elevado. Dos atuais 170 milhões de brasileiros, 18 milhões – numa faixa etária de 10 anos ou mais de idade –, ainda não foram alfabetizados, representando a maior taxa de analfabetismo da América Latina. O pior índice de analfabetismo se encontra no Estado de Alagoas, onde 68,2% da população é analfabeta. Um dado positivo mostra que crianças de 7 a 14 anos perfazem 94,9% das que estão na escola. Entretanto, o dado desolador é o de brasileiros com 10 anos ou mais de idade que não conseguem completar os quatro anos de escolaridade, aumentando o contingente de analfabetos funcionais.

A educação continua sendo um dos requisitos para a diminuição da desigualdade social no Brasil.

Como inúmeros estudos apontam, uma das soluções para a diminuição da desigualdade social e melhoria das condições de vida da sociedade brasileira está na educação do povo. Mas também é responsabilidade dos governantes de todas as esferas exercer seu pleito com respeito ao cidadão. Algumas lições já aprendidas com o tempo deveriam ser realmente implementadas, como o respeito aos orçamentos públicos, a diminuição da exploração dos trabalhadores assalariados e a melhoria dos incentivos ao aumento de produtividade, através da parceria ou dos programas de participação nos lucros da empresa (utilizado há anos em nações industrializadas). Um dos requisitos para o aumento da produtividade e dos salários é a educação. Não se pode desistir dos avanços tecnológicos conquistados; ao contrário, deve-se cada vez mais incentivá-los nos diversos segmentos da sociedade, como também estimular a pesquisa nas universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas.

Infelizmente o Brasil vive alguns paradoxos. Em algumas regiões, tem-se o uso de tecnologia de Primeiro Mundo, empresas bem equipadas trabalhando com maquinário de alta tecnologia, chegando a haver desemprego estrutural (comum em nações desenvolvidas), e, em outras, existe uma população sem saneamento básico, sem teto, sem acesso à saúde, ou seja, sem as condições básicas de sobrevivência. Isto demonstra o total

descaso e desrespeito aos direitos humanos, como mostram os índices alarmantes de pobreza e má distribuição de renda.

O grande desafio dos governantes brasileiros é aumentar a dinâmica interna de crescimento. Para que isso se torne realidade, é preciso expurgar o rótulo de um país de contrastes e crescer social e tecnologicamente ao mesmo tempo em que se reduz a desigualdade.

NOTA

¹ BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. p. 3, 12-16.

REFERÊNCIAS

KUPFER, João Paulo. Censo 2000 traz lições sobre a distribuição de renda. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 maio 2002. p. A4.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2001. Novas tecnologias e desenvolvimento humano. New York: PNUD; Lisboa: Trinova, 2001.

Paraná – Destaques Econômicos¹

Julio Takeshi Suzuki Júnior,² Caroline Postól e Luana Rodrigues Arasaki³

AGROINDÚSTRIA

Global Grain terá unidade no Paraná

A Global Grain, proprietária do moinho Santo André, vai investir R\$ 20 milhões na instalação de um moinho de trigo em Ponta Grossa. Do total a ser investido, 20% corresponderão a capital próprio, 20% virão de fornecedores e o restante será financiado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

O moinho, que ocupará uma área de 138 mil metros quadrados, terá sua construção iniciada no segundo semestre de 2002, devendo entrar em operação em 2003.

A disponibilidade de matéria-prima – o Paraná é o maior produtor nacional de trigo – e a proximidade com importantes centros consumidores contribuíram para a instalação do moinho no Estado. O moinho ficará localizado ao lado da ferrovia operada pela América Latina Logística (ALL), o que garantirá uma redução de cerca de 30% nos custos logísticos.

ROCHA, Alda do Amaral. Global Grain terá moinho no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 maio 2002. Caderno Empresas & Tecnologia, p. B14.

Cocamar investe em três novas fábricas

A Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar) vai investir R\$ 15 milhões na instalação de três novas unidades industriais, que deverão entrar em funcionamento em 2003, gerando aproximadamente 80 empregos diretos.

Em uma das unidades serão produzidos catchup, maionese e mostarda, produtos já comercializados pela Cocamar, mas fabricados por terceiros. Já nas outras duas fábricas, serão produzidos sucos prontos de frutas e bebidas à base de soja.

Em 2001, o faturamento da Cocamar alcançou R\$ 602 milhões. Quando estiverem em pleno funcionamento, as novas unidades deverão garantir um faturamento extra de aproximadamente R\$ 60 milhões.

MEDEIROS, Marta. Cocamar verticaliza produção. **Folha de Londrina**, 19 maio 2002. Caderno Economia, p. 8.

RIVERAS, Inaê. Cocamar busca fortalecer presença no varejo. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 maio 2002. Caderno Empresas & Tecnologia, p. B12.

Copagril construirá abatedouro

A Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagril), com sede em Marechal Cândido Rondon, Oeste do Estado do Paraná, deverá inaugurar um abatedouro de aves, que exigirá investimentos de R\$ 21,5 milhões. Na primeira fase do projeto, o volume de abates será de 80 mil aves por dia, podendo alcançar 140 mil cabeças por dia na segunda fase.

A Copagril, criada há 30 anos, atua em nove municípios do Paraná e em sete municípios do Mato Grosso do Sul. Para este ano, estima-se um faturamento de R\$ 160 milhões, resultado 11% superior ao registrado em 2001, quando a cooperativa faturou R\$ 144 milhões.

DENARDIN, Valmir. Copagril investirá R\$ 21,5 milhões em abatedouro de frangos no PR. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 maio 2002. Caderno Sul, p. 3.

AgribRANDS instala fábrica em Cascavel

A AgribRANDS, multinacional norte-americana que comercializa rações da marca Purina, investirá R\$ 10 milhões na instalação de uma fábrica de insumos e medicamentos para avicultura, suinocultura, bovinocultura e psicultura no município de Cascavel.

O empreendimento ocupará uma área de 48,7 mil metros quadrados no parque industrial de Cascavel, devendo gerar dezenas de empregos diretos e mais de 300 indiretos.

AGASSI, Gilmar. Multinacional vai investir R\$ 10 milhões em Cascavel. **Folha de Londrina**, 24 maio 2002. Caderno Economia, p. 3.

INDÚSTRIA

Jeans Lee e Wrangler serão produzidos em Siqueira Campos

A VF do Brasil, subsidiária da norte-americana Vanit Fair, e a Scozy, indústria têxtil paranaense, irão produzir jeans Lee e Wrangler no município de Siqueira Campos, no Norte Pioneiro. Estima-se um investimento R\$ 1,5 milhão na nova unidade industrial, devendo gerar cerca de 500 empregos diretos.

¹Elaborado com informações disponíveis no período de 01/05/2002 a 30/06/2002.

²Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

³Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

A Scozy será responsável pela fabricação das peças, cabendo à VF o desenvolvimento dos produtos. Inicialmente, serão produzidas cerca de 100 mil peças por mês.

BUENO, Priscila. Fábricas vão produzir jeans Lee e Wrangler em Siqueira Campos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 maio 2002. p. 19.

Petrobras investe US\$ 150 milhões em nova unidade

A Petrobras está investindo US\$ 150 milhões em uma unidade destinada à redução do enxofre no óleo diesel produzido na Refinaria Getúlio Vargas. A partir de 2003, o diesel comercializado nas regiões metropolitanas deverá apresentar apenas 0,05% de enxofre em sua composição, muito abaixo da quantidade permitida pela atual legislação (0,20%).

Localizada em Araucária, a nova unidade terá capacidade para tratar 4,4 milhões de litros de combustível por dia, equiparando-se à refinaria de Cubatão (SP), a única a produzir óleo diesel com baixa concentração de enxofre.

ANGELO, Denise. Petrobras faz obra de US\$ 150 milhões. **Folha de Londrina**, 21 maio 2002. Caderno Folha Economia, p. 3.

Nissan inicia produção de veículos no Paraná

A multinacional japonesa Nissan iniciou a produção da picape Frontier, com índice de nacionalização de 62%. O veículo está sendo montado em São José dos Pinhais, na mesma fábrica onde é produzido o furgão Master, da Renault.

Neste ano, estima-se que serão vendidas 4 mil unidades da picape, o primeiro veículo produzido pela Nissan no Brasil. Já em 2003, a Nissan iniciará a produção do utilitário esportivo Xterra, elevando para US\$ 100 milhões os investimentos no lançamento de produtos.

AZEDO, Sandra; ACCIARTO, Renato. Nissan lança Frontier e já pensa na produção do Xterra. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 jun. 2002. Caderno Sul, p. 4.

Bematech e Yanco firmam parceria

Criada em 1990, a empresa paranaense Bematech inaugurará uma nova unidade em Manaus (AM), que fabricará produtos da Yanco, líder no mercado brasileiro de caixas registradoras. Com a nova fábrica, o número de funcionários da Bematech saltará de 250 para 300.

Neste ano, a Bematech também fechou um contrato de parceria com a Intermec South América, líder mundial no segmento de equipamentos para automação e coleta de dados. A Bematech está distribuindo os produtos da Intermec no Brasil, que incluem computadores móveis, leitores de código de barras, impressoras de etiquetas com código de barras, etiquetas inteligentes (transponders) e sistemas de rádio-frequência.

CALDERON, Cynthia. Bematech assume a marca da Yanco. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 jun. 2002. Caderno Sul, p. 2.

INFRA-ESTRUTURA

Global Telecom amplia área de cobertura

A Global Telecom, operadora de telefonia celular, está investindo R\$ 9,6 milhões em infra-estrutura e ampliação da área de cobertura.

No ano passado, a cobertura da Global Telecom se estendia por 174 municípios nos estados do Paraná e Santa Catarina. Neste ano, esse número deverá ser ampliado para 220, por conta dos novos investimentos. Além disso, a empresa está destinando recursos à ampliação da capacidade de utilização simultânea de celulares e à melhoria da qualidade do sinal.

Em 2001, a empresa registrou receita líquida 80% superior à contabilizada no ano anterior, com o faturamento atingindo a marca de R\$ 560 milhões.

RANGEL, Cristiane. Global Telecom investe R\$ 9 milhões no Norte do Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 maio 2002. Caderno Sul, p. 4.

Porto de Paranaguá recebe investimentos de R\$ 30 milhões

A capacidade de embarque de grãos do Porto de Paranaguá será ampliada com a implantação do Corredor Oeste de Exportação, cujas obras serão iniciadas no segundo semestre deste ano. Quatro empresas privadas (Soccepar, Bunge, Coopergrão e Pasa) investirão R\$ 30 milhões no corredor, que deverá entrar em funcionamento em abril de 2003, quando começará o embarque da nova safra.

Em 2001, o porto movimentou 28,8 milhões de toneladas de cargas, o que representou crescimento de 35% em relação a 2000.

QUADROS, Maria José. Paranaguá cresce para aumentar a exportação. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 maio 2002. Caderno Indústrias & Serviços, p. C4.

ARAGÃO, Wágner de Alcântara. Porto anuncia investimento para exportar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 maio 2002. p. 19.

COMÉRCIO

Vendas do comércio varejista registram queda

No mês de março, as vendas do comércio varejista do Paraná apresentaram decréscimo de 1,17% em relação ao mesmo período do ano passado, ficando abaixo do resultado registrado em nível nacional, que atingiu 0,28%.

Os aumentos mais significativos foram registrados pelos estados de Roraima (18,67%), Amapá (12,15%) e Maranhão (9,25%). Já os destaques negativos foram Mato Grosso (-7,30%), Pernambuco (-5,23%) e Rio Grande do Sul (-4,25%).

No acumulado do ano, as vendas do comércio varejista paranaense apresentaram queda de 1,50%, ao passo que nos últimos 12 meses a retração atingiu 1,20%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PESCH, Olavo. Comércio do PR vendeu menos que a média. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 maio 2002. p. 17.

Arapuã encerrará atividades no Sul

A Arapuã fechará 15 de suas 20 lojas na Região Sul até o final do mês de junho deste ano. Futuramente, as outras cinco

unidades também serão fechadas, decretando o encerramento das atividades da empresa na região. No Paraná, serão fechadas lojas em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel.

A Arapuã concentrará suas atividades nas regiões Sudeste e Nordeste do país, com o objetivo de reduzir custos e sair da concordata decretada há quatro anos.

DENARDIN, Valmir. Arapuã deixará de operar no Sul. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 jun. 2002. Caderno Sul, p. 2.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	72 174	177 440	2 459	78 457	186 410	2 376	32 661	594 123	18 191
2002 ⁽¹⁾	35 650	81 675	2 291	77 808	187 158	2 405	32 721	630 893	19 281

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	62 182	27 999	450	336 953	27 055 489	80 295	40 456	80 679	1 994
2002 ⁽¹⁾	123 090	116 602	947	359 712	29 170 737	81 095	47 370	130 909	2 764

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 586	470 724	1 098	162 022	3 581 058	22 102	2 831 567	12 692 563	4 483
2002 ⁽¹⁾	506 426	581 275	1 148	160 805	3 408 215	21 195	2 495 409	9 650 683	3 867

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 822 619	8 636 277	3 060	852 517	1 827 554	2 144
2002 ⁽¹⁾	505	1 075	2 129	3 301 557	9 467 905	2 868	1 019 269	2 437 150	2 391

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa. No ano de 2002, os dados referentes à cultura do feijão incluem somente as safras das águas e da seca.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-MAIO 2002

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
Janeiro	391 205	2 231 978	0,18	572 949	44 162	12,97	234 177	242 276	0,97	99 407	287 589	0,35
Fevereiro	382 490	2 239 258	0,17	575 808	44 198	13,03	242 854	242 603	1,00	101 588	288 342	0,35
Março	369 061	2 243 639	0,16	593 905	44 279	13,41	237 032	242 796	0,98	101 913	289 129	0,35
Abril	386 161	2 251 650	0,17	627 716	44 243	14,19	248 257	243 676	1,02	101 304	290 676	0,35
Maio	365 672	2 260 389	0,16	596 705	44 652	13,36	220 287	244 685	0,90	100 742	291 600	0,35
Junho	344 772	2 270 757	0,15	590 276	44 994	13,12	203 005	245 604	0,83	92 278	293 680	0,31
Julho	329 062	2 277 095	0,14	617 373	45 104	13,69	194 661	245 937	0,79	91 116	295 017	0,31
Agosto	340 915	2 286 273	0,15	646 204	45 148	14,31	204 552	246 600	0,83	86 662	296 305	0,29
Setembro	352 467	2 293 887	0,15	644 893	45 119	14,29	209 646	247 376	0,85	87 942	297 239	0,30
Outubro	352 403	2 298 053	0,15	610 363	45 184	13,51	206 515	247 889	0,83	88 429	298 055	0,30
Novembro	348 862	2 301 182	0,15	622 578	45 239	13,76	216 131	248 427	0,87	92 489	299 129	0,31
Dezembro	348 630	2 304 333	0,15	609 285	45 326	13,44	221 652	248 633	0,89	93 383	302 767	0,31
2002												
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Maio	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982-MAIO 2002

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
Janeiro	56 288	3 857	14,59	45 094	3 302	13,66	2 804	1 031	2,72	1 401 924	2 814 195	0,50
Fevereiro	56 670	3 868	14,65	47 722	3 305	14,44	2 860	1 034	2,77	1 409 992	2 822 608	0,50
Março	56 806	3 885	14,62	41 615	3 314	12,56	2 722	1 031	2,64	1 403 054	2 828 073	0,50
Abril	56 618	3 885	14,57	43 920	3 285	13,37	2 716	1 019	2,67	1 466 692	2 838 434	0,52
Maio	56 649	3 892	14,56	45 376	3 324	13,65	2 697	1 024	2,63	1 388 128	2 849 566	0,49
Junho	56 526	3 945	14,33	41 796	3 329	12,56	2 844	1 022	2,78	1 331 497	2 863 331	0,47
Julho	56 569	3 980	14,21	40 741	3 324	12,26	2 258	1 011	2,23	1 331 780	2 871 468	0,46
Agosto	56 046	4 007	13,99	42 125	3 326	12,67	2 263	988	2,29	1 378 767	2 882 647	0,48
Setembro	55 520	4 045	13,73	42 379	3 303	12,83	1 928	857	2,25	1 394 775	2 891 826	0,48
Outubro	55 947	4 082	13,71	42 471	3 322	12,78	1 670	767	2,18	1 357 798	2 897 352	0,47
Novembro	55 866	4 111	13,59	43 068	3 336	12,91	1 451	677	2,14	1 380 445	2 902 101	0,48
Dezembro	56 099	4 133	13,57	42 637	3 346	12,74	1 180	593	1,99	1 372 866	2 909 131	0,47
2002												
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Maio	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2001

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 381	51,98	178 801	9,89	675 824	37,40	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 071 499	50,78	206 641	9,79	818 940	38,81	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 193 061	48,09	192 236	7,75	1 080 298	43,54	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 460 149	41,64	487 515	13,90	1 537 436	43,84	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 671	40,36	647 327	18,15	1 461 837	40,98	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 080 774	49,01	577 509	13,60	1 562 648	36,80	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 261	11,54	1 740 800	35,86	28 727	0,59	4 854 032
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,06	3 932 564
2000 ⁽¹⁾	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001 ⁽¹⁾	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2000-2001

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2001		2000		Variação (%)	2001		2000		Variação (%)	2001 (%)	2000 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00	21,07	58 222 642	100,00	55 085 595	100,00	5,69	9,13	7,97
União Européia	1 890 819	35,56	1 547 435	35,23	22,19	14 865 365	25,53	14 784 089	26,84	0,55	12,72	10,47
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	957 412	18,00	662 226	15,08	44,57	14 378 147	24,70	13 366 060	24,26	7,57	6,66	4,95
Ásia (excl. Oriente Médio)	669 484	12,59	521 067	11,86	28,48	6 949 361	11,94	6 324 177	11,48	9,89	9,63	8,24
Mercosul	522 097	9,82	622 093	14,16	-16,07	6 363 655	10,93	7 733 070	14,04	-17,71	8,20	8,04
Oriente Médio	399 050	7,50	276 840	6,30	44,14	2 041 257	3,51	1 338 239	2,43	52,53	19,55	20,69
Demais da Aladi	325 118	6,11	328 003	7,47	-0,88	5 860 932	10,07	5 168 609	9,38	13,39	5,54	6,35
Europa Oriental	197 531	3,71	107 490	2,45	83,77	1 699 118	2,92	972 283	1,77	74,76	11,63	11,06
África	154 952	2,91	105 533	2,40	46,83	1 988 425	3,42	1 346 818	2,44	47,64	7,79	7,84
Outros ⁽¹⁾	201 046	3,78	221 404	5,04	-9,19	4 076 382	7,00	4 052 250	7,36	0,60	4,93	5,46
IMPORTAÇÃO	4 927 584	100,00	4 684 035	100,00	5,20	55 580 718	100,00	55 783 343	100,00	-0,36	8,87	8,40
União Européia	1 922 991	39,03	1 651 808	35,26	16,42	14 821 511	26,67	14 048 413	25,18	5,50	12,97	11,76
Mercosul	815 537	16,55	1 054 969	22,52	-22,70	7 010 001	12,61	7 796 132	13,98	-10,08	11,63	13,53
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	608 929	12,36	488 844	10,44	24,57	13 037 354	23,46	13 002 266	23,31	26,99	4,67	3,76
África	468 456	9,51	295 315	6,30	58,63	3 325 436	5,98	2 908 184	5,21	14,35	14,09	10,15
Ásia (excl. Oriente Médio)	409 942	8,32	339 344	7,24	20,80	8 924 823	16,06	8 592 987	15,40	3,86	4,59	3,95
Demais da Aladi	292 668	5,94	399 813	8,54	-26,79	3 008 948	5,41	3 863 370	6,93	-22,12	9,73	10,35
Europa Oriental	140 971	2,86	153 246	3,27	-8,01	1 112 134	2,00	1 161 512	2,08	-4,25	12,68	13,19
Oriente Médio	128 581	2,61	110 634	2,36	16,22	1 472 119	2,65	1 559 945	2,80	-5,63	8,73	7,09
Outros	139 509	2,83	190 062	4,06	-26,60	2 868 392	5,16	2 850 534	5,11	0,63	4,86	6,67

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JAN/MAIO- 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	440 416	27,01	488 615	23,61	- 9,86
Automóveis	253 143	15,53	334 708	16,18	- 24,37
Motores para autoveículos	88 129	5,41	25 149	1,22	250,43
Autopeças	68 227	4,18	72 060	3,48	- 5,32
Tratores e partes	14 639	0,90	16 309	0,79	- 10,24
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	9 137	0,56	33 402	1,61	- 72,64
Autoveículos comerciais leves e pesados	6 650	0,41	5 621	0,27	18,32
Outros	491	0,03	1 366	0,07	- 64,10
Soja	326 644	20,03	676 004	32,67	- 51,68
Farelo	152 601	9,36	280 039	13,53	- 45,51
Grão	112 014	6,87	312 480	15,10	- 64,15
Óleo	62 029	3,80	83 485	4,03	- 25,70
Madeira	210 949	12,94	199 422	9,64	5,78
Compensado	79 691	4,89	77 228	3,73	3,19
Serrada	59 843	3,67	66 238	3,20	- 9,66
Molduras	26 389	1,62	20 604	1,00	28,08
Obras de marcenaria/carpintaria	23 436	1,44	19 368	0,94	21,01
Outros	21 590	1,32	15 984	0,77	35,07
Carnes	157 569	9,66	170 844	8,26	- 7,77
Aves	113 612	6,97	137 009	6,62	- 17,08
Suínos	20 248	1,24	14 331	0,69	41,29
Bovinos	19 328	1,19	15 015	0,73	28,72
Outros	4 381	0,27	4 489	0,22	- 2,41
Cereais	125 963	0,27	100 334	4,85	25,54
Milho	125 587	2,63	100 250	4,84	25,27
Outros	376	0,73	84	0,00	345,08
Café	43 148	2,65	51 605	2,49	- 16,39
Solúvel	27 909	1,71	38 224	1,85	- 26,99
Grãos	10 255	0,63	8 856	0,43	15,81
Extratos, essências e concentrados	4 984	0,31	4 525	0,22	10,14
Papel	42 807	2,63	59 833	2,89	- 28,45
Kraftliner para cobertura	11 964	0,73	5 705	0,28	109,70
Couché	5 707	0,35	18 543	0,90	- 69,22
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	4 296	0,26	11 736	0,57	- 63,40
Outros	20 842	1,28	23 849	1,15	- 12,61
Máquinas e instrumentos mecânicos	39 262	2,41	43 273	2,09	- 9,27
Máquinas e implementos agrícolas	8 267	0,51	14 722	0,71	- 43,84
Refrigeradores/congeladores	7 700	0,47	9 063	0,44	- 15,03
Outros	23 294	1,43	19 489	0,94	19,53
Químicos diversos	23 693	1,45	32 201	1,56	- 26,42
Metais comuns	22 471	1,38	25 759	1,24	- 12,77
Artefatos de ferro/aço	6 165	0,38	9 026	0,44	- 31,70
Outros	16 306	1,00	16 733	0,81	- 2,55
Couro e artigos derivados	19 391	1,19	35 289	1,71	- 45,05
Couro preparado ou curtido	14 046	0,86	29 558	1,43	- 52,48
Outros	5 344	0,33	5 730	0,28	- 6,74
Açúcar	18 900	7,73	33 637	1,63	- 43,81
Em bruto	18 591	1,14	30 389	1,47	- 38,82
Refinado	308	0,02	3 248	0,16	- 90,51
Material elétrico	13 614	0,84	22 297	1,08	- 38,94
Equipamentos de telefonia/telegrafia	3 079	0,19	5 648	0,27	- 45,48
Condutores (inclui fibras óticas)	2 442	0,15	11 109	0,54	- 78,01
Outros	8 093	0,50	5 540	0,27	46,08
Minerais não metálicos	13 513	0,83	13 775	0,67	- 1,90
Fios e tecidos	12 587	0,77	13 869	0,67	- 9,25
Outros	119 531	7,33	102 475	4,95	16,64
TOTAL GERAL	1 630 458	100,00	2 069 230	100,00	- 21,20

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A MAIO 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	349 444	24,87	547 243	24,22	- 36,14
Autopeças	231 772	16,49	312 255	13,82	- 25,77
Motores para autoveículos	37 462	2,67	43 537	1,93	- 13,95
Automóveis	36 109	2,57	117 536	5,20	- 69,28
Pneumáticos para autoveículos	21 359	1,52	33 402	1,48	- 36,05
Outros	22 741	1,62	40 513	1,79	- 43,87
Combustíveis e lubrificantes	223 124	15,88	238 889	10,57	- 6,60
Óleo bruto de petróleo	219 606	15,63	203 551	9,01	7,89
Outros	3 518	0,25	35 337	1,56	- 90,05
Máquinas e instrumentos mecânicos	167 051	11,89	251 319	11,12	- 33,53
Compressores e condicionadores de ar	23 561	1,68	31 166	1,38	- 24,40
Máquinas para usinagem de metais	18 712	1,33	22 533	1,00	- 16,96
Outros	124 778	8,88	197 621	8,74	- 36,86
Material elétrico	93 076	6,62	541 321	23,95	- 82,81
Equipamentos de telecomunicações	11 370	0,81	126 384	5,59	- 91,00
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	9 170	0,65	19 000	0,84	- 51,74
Condutores elétricos (inclui fibras óticas)	6 674	0,47	64 102	2,84	- 89,59
Componentes eletrônicos	6 450	0,46	41 254	1,83	- 84,37
Outros	59 412	4,23	290 580	12,86	- 79,55
Produtos químicos diversos	74 778	5,32	97 343	4,31	- 23,18
Matérias plásticas	62 690	4,46	104 678	4,63	- 40,11
Poliétileno	15 241	1,08	45 835	2,03	- 66,75
Chapas, folhas e tiras plásticas	8 110	0,58	10 031	0,44	- 19,15
Outros	39 339	2,80	48 812	2,16	- 19,41
Adubos e fertilizantes	59 586	4,24	80 674	3,57	- 26,14
Metais comuns	43 837	3,12	75 257	3,33	- 41,75
Artefatos de ferro/aço	16 753	1,19	30 476	1,35	- 45,03
Materiais de alumínio	9 343	0,66	14 922	0,66	- 37,39
Ferragens, fechaduras e guarnições	4 167	0,30	6 880	0,30	- 39,43
Laminados de ferro/aço	3 918	0,28	14 132	0,63	- 72,28
Outros	9 656	0,69	8 847	0,39	9,14
Cereais	35 271	2,51	44 372	1,96	- 20,51
Trigo	21 758	1,55	20 625	0,91	5,50
Milho	5 477	0,39	13 964	0,62	- 60,78
Outros	8 035	0,57	9 783	0,43	- 17,86
Fios e tecidos	31 731	2,26	18 608	0,82	70,52
Sintéticos	9 587	0,68	4 633	0,20	106,94
Outros	22 144	1,58	13 975	0,62	58,45
Soja	47 853	3,41	30 666	1,36	56,05
Grão	43 407	3,09	30 187	1,34	43,79
Outros	4 447	0,32	479	0,02	827,57
Papel e celulose	14 384	1,02	49 395	2,19	- 70,88
Pasta química	10 885	0,77	25 026	1,11	- 56,50
Outros	3 498	0,25	24 369	1,08	- 85,64
Leite e derivados	11 856	0,84	7 741	0,34	53,15
Minerais não metálicos	10 530	0,75	17 753	0,79	- 40,68
Outros	239 652	17,05	235 341	10,41	1,83
TOTAL GERAL	1 405 275	100,00	2 259 927	100,00	- 37,82

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2002

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999 ⁽¹⁾	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000 ⁽¹⁾	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
Janeiro	215 414	231 910	-16 495	3 452 942	3 568 781	115 840
Fevereiro	236 611	269 295	-32 684	4 123 497	4 046 308	77 189
Março	308 708	303 235	5 472	4 471 669	4 451 932	19 737
Abril	378 485	377 749	736	4 181 447	3 996 332	185 115
Maio	471 586	390 049	81 536	5 062 755	4 698 914	363 840
Junho	400 823	402 141	-1 318	4 860 664	4 605 502	255 162
Julho	440 644	418 966	21 677	5 002 882	4 887 346	115 537
Agosto	460 668	504 604	-43 936	5 518 984	5 424 316	94 669
Setembro	345 139	442 647	-97 508	4 724 179	5 053 752	-329 573
Outubro	404 238	466 526	-62 287	4 637 535	5 185 488	-547 953
Novembro	380 408	436 527	-57 119	4 390 489	5 047 275	-656 786
Dezembro	349 368	441 021	-91 652	4 658 552	4 868 397	-209 845
2001 ⁽¹⁾	5 317 509	4 927 015	390 494	58 222 642	55 576 015	2 646 627
Janeiro	342 031	481 610	-139 578	4 537 905	5 016 173	-478 267
Fevereiro	291 205	363 112	-71 907	4 083 023	4 005 234	77 789
Março	362 878	446 303	-83 425	5 167 500	5 447 524	-280 024
Abril	514 221	521 817	-7 596	4 729 698	4 609 240	120 457
Maio	558 895	447 085	111 810	5 367 054	5 158 236	208 818
Junho	507 973	408 292	99 681	5 041 980	4 762 849	279 131
Julho	470 541	387 284	83 257	4 964 485	4 857 710	106 774
Agosto	553 452	471 369	82 083	5 727 436	5 100 485	626 951
Setembro	432 857	412 721	20 136	4 754 965	4 159 442	595 524
Outubro	501 703	396 264	105 438	5 002 529	4 754 143	248 385
Novembro	416 262	344 944	71 318	4 500 260	4 213 703	286 557
Dezembro	365 491	246 214	119 278	4 345 808	3 491 275	854 533
2002 ⁽¹⁾	1 630 458	1 405 275	225 182	20 973 369	19 042 094	1 931 275
Janeiro	250 849	239 159	11 690	3 971 829	3 797 892	173 937
Fevereiro	309 359	250 393	58 967	3 658 349	3 399 403	258 946
Março	332 361	264 912	67 449	4 260 412	3 666 733	593 680
Abril	372 907	338 185	34 722	4 641 400	4 159 845	481 554
Maio	364 982	312 627	52 355	4 441 380	4 018 222	423 158

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ESTIMATIVA DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – JAN 2001-MAIO 2002

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)
2001	
Janeiro	5,31
Fevereiro	5,85
Março	6,51
Abril	5,79
Maio	6,06
Junho	6,28
Julho	6,56
Agosto	6,39
Setembro	5,95
Outubro	5,44
Novembro	4,89
Dezembro	4,02
Média Anual ⁽¹⁾	5,75
2002	
Janeiro	4,57
Fevereiro	5,07
Março	5,34
Abril	4,97
Maio	5,15

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: Período de referência: semana.

(1) Média aritmética simples.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999-MAIO 2002

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Setembro	0,31
2000	6,23	Outubro	0,72
2001	5,90	Novembro	0,42
Janeiro	0,89	Dezembro	0,64
Fevereiro	-0,17	2002	2,75
Março	0,17	Janeiro	0,88
Abril	0,67	Fevereiro	0,20
Maio	0,45	Março	0,40
Junho	0,31	Abril	0,78
Julho	1,05	Maio	0,47
Agosto	0,30		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-MAIO 2002

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	1998	1 380	6 025
1977	1 356	8 826	1999	1 351	4 854
1978	1 614	9 636	2000	1 692	6 251
1979	1 635	12 575	2001	2 046	8 307
1980	1 936	13 482	Janeiro	265	237
1981	1 954	14 105	Fevereiro	233	615
1982	1 179	6 606	Março	278	851
1983	1 079	3 345	Abril	150	501
1984	1 748	7 921	Maio	43	892
1985	2 167	9 728	Junho	81	900
1986	2 029	10 588	Julho	52	929
1987	2 121	9 479	Agosto	78	719
1988	1 567	8 847	Setembro	129	695
1989	1 386	6 189	Outubro	213	741
1990	885	4 111	Novembro	260	613
1991	584	2 677	Dezembro	264	614
1992	593	2 893	2002		
1993	1 038	4 475	Janeiro	301	401
1994	1 707	9 011	Fevereiro	279	651
1995	859	5 095	Março	286	702
1996	897	4 180	Abril	132	899
1997	1 296	6 062	Maio	126	787

FONTE: Anfaeva; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 11 – PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-MAIO 2002

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maio	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	722	2 273	53 230
Janeiro	-	241	4 722
Fevereiro	-	432	10 956
Março	-	520	12 335
Abril	416	554	13 080
Maio	306	526	12 137

FONTE: ANFAVEA

(1) Inclui a produção do veículo Renault Master, a partir de abril de 2002.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.